

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

desfavorecidos da nossa sociedade, que cooperem no sentido de mais facilmente poderem superar as dificuldades e naturais divergências ideológicas.

Se o conseguirmos, seremos dignos do reconhecimento de uma memória futura.

É essa a minha ambição...

Viva o 25 de Abril!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão Comemorativa do 33.º Aniversário do 25 de Abril, cerca das 13,00 horas.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel de Sousa Domingues, Dr.

O 1º SECRETÁRIO

João de Sousa da Cruz, Dr.

A 2ª SECRETÁRIA

Luisa Margarida Lima Anjo, Dra.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

coerente naquilo que, mais do que uma soma de dramas individuais, é - e deve ser - um peso na nossa consciência colectiva.

Quero que sejamos capazes de assumir um compromisso cívico, um compromisso para a inclusão social, um compromisso que envolva não só as forças políticas, mas que congregue as Instituições Nacionais, as Autarquias, as Organizações da Sociedade Civil, dos Sindicatos às Associações Cívicas e às Instituições de Solidariedade. Um compromisso em torno de um conjunto de Princípios e Objectivos que nos orientem na acção colectiva, tendo por alvo os grupos sociais mais vulneráveis.

Estou convencido de que, em relação a este objectivo da inclusão social - tão central à dignidade da pessoa humana - é possível identificar os problemas mais graves e substituir o eterno combate ideológico por uma ordenação de prioridades, metas e acções, em que todos se possam rever e participar.

A elaboração do Plano de Acção Nacional para a Inclusão pode ser aproveitada para uma mobilização geral, uma verdadeira campanha em prol da inclusão social. Um plano que consiga superar o tradicional enunciado de medidas, definindo uma estratégia coerente para um futuro mais promissor.

Esse será um passo para concretizar essa ambição de construirmos uma sociedade mais desenvolvida e ao mesmo tempo com maior Justiça Social.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Municípes, para aqueles que o viveram, comemorar o 25 de Abril significa reavivar uma recordação preciosa, património da nossa memória e marco do nosso passado colectivo, mas significa, também, mantermos presente o sentido que lhe está associado, o sonho e a ambição sem os quais poderia não passar de mais uma data ou de uma sequência fortuita de acontecimentos isolados.

Comemoramos hoje o 25 de Abril! O 25 de Abril de 1974, quando um povo, sob o impulso de um punhado de militares, tomou nas suas mãos o seu próprio destino, mas também o 25 de Abril de 1975, quando os Portugueses, em Eleições Livres e Democráticas, disseram, com clareza, o que queriam e o que não queriam para Portugal. E ainda o 25 de Abril de 1976, data em que entrou em vigor a Constituição da República Portuguesa.

São estas três datas hoje assinaladas que conferem sentido de futuro e de modernidade à nossa democracia.

Esses são os marcos de um passado comum de que nos orgulhamos e que, ao celebrarmos, não nos dispensa de ter sempre presente a advertência do poeta Ruy Belo: *“gostaria de ouvir as horas do relógio da matriz mas isso era o passado e podia ser duro edificar sobre ele o Portugal Futuro...”*

É, seguramente, aos gestores do momento que cabe decidir os caminhos, mas é onde esses caminhos nos levam que lhes hão-de dar, ou não, o reconhecimento das novas gerações.

Fomos capazes de concretizar o sonho de um Portugal livre e mais próspero, mas estamos longe de podermos realizar a aspiração de maior justiça social.

Os Portugueses esperam dos políticos, que livre e democraticamente elegeram, que estejam à altura dessa exigência, que se empenhem em dar uma nova esperança aos mais

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Ao evocar esses dias de sonho e de esperança, lembro-me sempre daquele cartaz em que uma criança colocava um cravo no cano de uma espingarda. A carga simbólica desse cartaz é iniludível e vale a pena questionarmos: como cresceu aquela criança? Como crescem os milhares de crianças portuguesas? Será que estamos a tratar bem as novas gerações?

Preocupam-me os casos de crianças vítimas de negligência e de maus-tratos físicos e psicológicos, que regularmente são objecto das notícias dos Órgãos de Comunicação Social. Reparo no número de processos instaurados pelas instituições vocacionadas para a sua protecção. Ouço o testemunho do cidadão anónimo ou do técnico que lida diariamente com estes casos e não posso deixar de reconhecer que essas mesmas crianças constituem o elo mais fraco dessa cadeia social que alimenta a exclusão. Na sua origem vamos encontrar, invariavelmente, a desestruturação familiar, os baixíssimos níveis de escolaridade dos pais e, de forma mais destacada, situações de dependência, com especial relevo para o alcoolismo. É nesse mesmo quadro social que encontramos outro dos sinais preocupantes, a violência doméstica, que atinge nomeadamente a mulher. Não vale a pena esconder essa realidade silenciada que, por vezes, escapa às Instituições. Trata-se, antes de mais, de um problema de dignidade humana para o qual não pode haver tolerância nem resignação.

Todos nós acompanhamos, com preocupação, estes sintomas. Sabemos que os efeitos da crise económica tendem a potenciar esses sinais, nomeadamente através do desemprego de homens e mulheres que, pelo seu nível de escolaridade e pela sua idade avançada, enfrentam dificuldades acrescidas na procura de um novo posto de trabalho. É nestas situações que o risco de exclusão social aumenta.

Para que esse risco possa ser atenuado não chega exigir mais medidas ou mais dinheiro. Concretizar essa ambição de justiça social, que não tem de ser remetida para o plano das utopias, passa por cada um de nós. Todos somos responsáveis, todos temos que assumir a quota-parte de responsabilidade social que nos cabe como cidadãos. Assumir como desígnio colectivo a protecção dos que vão resvalando, lenta e invisivelmente, para a margem de uma sociedade que se quer competitiva e dinâmica, mas também justa e inclusiva.

Temos de romper com o conformismo e o comodismo de relegar para o Estado a única solução do problema.

Temos de conseguir enaltecer, através de uma nova atitude cívica, o exemplo de milhares de cidadãos que, através do voluntariado e da participação em Instituições de Solidariedade Social, encontram um sentido para esse desígnio, mas temos também a obrigação de reconhecer que a melhoria da justiça social, o combate à pobreza e à exclusão exigem que o País, e cada um de nós, volte a ganhar a batalha do investimento, do crescimento económico, da criação de riqueza, sem o que o sonho continuará adiado.

Deveremos ter em conta a preocupação que o último Conselho Europeu enunciou ao chamar a atenção, e bem, para a interdependência que existe entre crescimento económico, competitividade, criação de emprego, protecção e inclusão social.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Municípes, não quero limitar-me ao diagnóstico. Quero apelar a uma intervenção mais ampla e mais

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Iludimo-nos pela presença deste ou daquele equipamento social, fruto do voluntarismo do Poder Local e dos homens bons que não abandonaram as suas terras, mas tardamos a encontrar um rumo de desenvolvimento sustentável do interior do País que potencie os poucos recursos existentes, que combata a tendência para o despovoamento e que atraia novos recursos materiais e humanos.

No quadro geral de adormecimento de muitas pequenas vilas e aldeias do interior, apraz-nos registar os sinais de esperança que aqui e ali vamos detectando. Portugal precisa de olhar para esses sinais, identificar as boas práticas que os sustentam, reconhecer o esforço que os agentes económicos, sociais e políticos vêm desenvolvendo e, a partir daí, traçar um caminho para que todos se sintam responsáveis e mobilizados para a acção. Há que vencer os obstáculos que nos têm impedido de enfrentar com sucesso a dupla exclusão do envelhecimento e da pobreza que atinge as comunidades do interior de Portugal, mas a mais marcante das disparidades que emerge deste Portugal, a duas velocidades, é a que resulta das desigualdades sociais. O sonho de um País livre e democrático é indissociável da ambição de uma sociedade mais desenvolvida e com mais justiça social.

Julgo poder expressar o sentimento geral ao dizer que muito progredimos na modernização da economia e na afirmação de novos estilos de vida, mas ficámos muito aquém na concretização dessa ambição de uma sociedade com maior justiça social.

O nosso País é, no quadro da União Europeia, o que apresenta maior desigualdade de distribuição de rendimentos e é também aquele em que as formas de pobreza são mais persistentes. São características estruturais em que pesam o atraso na qualificação dos recursos humanos, a fragilidade das nossas classes médias, a má qualidade do emprego e os baixos níveis salariais em vastos sectores da nossa economia.

É entre a população mais idosa que encontramos as mais preocupantes situações de exclusão. O risco de pobreza persistente, que é relativamente elevado em Portugal, aumenta substancialmente no caso dos idosos.

O esforço que o Estado tem vindo a realizar para atenuar os efeitos deste quadro social tem de ser continuado. Não é moralmente legítimo pedir mais sacrifícios a quem viveu uma vida inteira de privação.

Desagregadas as estruturas familiares de apoio, pelas transformações sociais ocorridas nas décadas recentes, ficaram muitos dos reformados de ontem confinados às pensões do regime não contributivo que lhes não conseguem assegurar uma existência condigna.

E a exclusão - a dimensão de não pertença a que demasiados dos nossos concidadãos se vêem remetidos - é tão intolerável que, por contraste, têm de ser reduzidas à sua devida proporção as controvérsias geradas a propósito de pequenos aperfeiçoamentos dos nossos direitos. Falo dos direitos dos que não são excluídos e das controvérsias em que demasiadas vezes a discussão política se esgota e a atenção da opinião pública se exaure.

Esse é um peso que temos que ter presente na nossa consciência colectiva, mas também na consciência de cada um. O que de mais nobre e mais perene a História que este dia nos deixou, e que queremos legar às novas gerações, é a ambição de um País mais livre, mas também de uma sociedade mais justa.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

o sistema democrático consolidou, os progressos realizados nos mais variados domínios, a participação do País na União Europeia, a sua afirmação no Concerto das Nações Unidas e muitas outras realizações que fazem parte do activo da Nação Portuguesa.

Num outro quadrante, podia justificar-se, nesta data fundadora do regime democrático, voltar ao desafio da melhoria da qualidade e credibilidade do nosso sistema político. Tive oportunidade, nesta mesma casa, aquando da minha Tomada de Posse, de sublinhar a responsabilidade que impende a classe política, nesse esforço de melhorar a nossa democracia e de reforçar o prestígio das Instituições da República e dos seus titulares.

De facto, a Comemoração do 25 de Abril seria uma ocasião propícia para reflectir sobre o que desejamos do nosso sistema político, o que esperamos do papel e do funcionamento dos partidos, o que é exigível do comportamento dos eleitos e demais agentes políticos, o que deve ser feito para que os cidadãos ganhem uma nova confiança e respeito pela actividade política e para que a democracia se revitalize e suscite na juventude portuguesa maior motivação e entusiasmo.

Pareceu-me, no entanto, mais útil, perante os legítimos representantes dos outros órgãos de soberania e a atenção da opinião pública, lançar um olhar sobre a nossa sociedade. Confrontá-la com sonhos que marcaram aqueles dias de Abril, mas que a realidade dos nossos dias não só não valida como, em vários aspectos, nos interpela. Quero referir-me, em particular, ao sonho de justiça social, da construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, em que os benefícios do desenvolvimento contemplassem todos.

Trinta e três anos após a Revolução, o Portugal desta encruzilhada, entre o passado e o futuro, continua a ser um País fortemente marcado pelo dualismo do seu desenvolvimento.

É inegável o progresso registado em alguns sectores de actividade, a capacidade competitiva de muitas empresas, a excelência de alguns centros de investigação e inovação, a qualidade de serviço de muitas instituições, mas não é menos inegável que essas experiências de vanguarda não conseguem impregnar todo o tecido económico e social, coexistindo os nichos da modernidade com expressões de indisfarçável arcaísmo social e cultural.

Profundas disparidades revelam-se na leitura do território. É cada vez maior o fosso entre as regiões marcadas por uma ruralidade periférica e as regiões mais urbanizadas, mas dentro destas, ressaltam as que conseguiram manter uma dimensão humana, concretamente o Município de Soure, proporcionando satisfação e bem estar aos que nelas habitam, em contraste com as que se tornaram autênticas “chagas” urbanísticas, produto da desorganização e da irresponsabilidade, condenando os seus habitantes a um maior viver resignado, sem qualidade e sem horizontes.

A crise do mundo rural não é de hoje. Arrasta-se há décadas, entre ciclos de resistência e de abandono. A vasta faixa do interior do País representa actualmente apenas 15% da população residente.

Muitas políticas foram adoptadas, mas nenhuma conseguiu estagnar a fuga das gentes, ora para os centros urbanos do litoral, ora para destinos mais longínquos, numa diáspora que teima em persistir.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Depois de partilhar convosco estes dois desafios, que continuarão a ser duas referências basilares da nossa actividade política, permitam-me um apontamento final sobre Estado de Espírito.

Na política como na vida, para além de aspectos de natureza substantiva, é importante o estado de alma... a vontade ou a falta de vontade; a crença ou a falta de crença; o conhecermos ou desconhecermos o caminho que trilhamos; o acreditarmos ou não acreditarmos... gostaria de vos dizer que a tranquilidade de consciência, a motivação, a determinação, designadamente daqueles que me acompanham no Executivo em Regime de Permanência - falo do Senhor Santos Mota, da Dra. Ana Maria Treno e da Dra. Manuela Santos -, essa tranquilidade de consciência, essa motivação, essa determinação, não podiam ser maiores para continuarmos aquilo que nos faz estar por cá: a melhoria do bem-estar colectivo, nos 200 lugares, das 12 Freguesias do Concelho.

Nós continuamos, dia a dia, tranquilos, motivados, determinados; continuamos, no dia a dia, a encontrar novas soluções para os novos e diferentes desafios do século XXI e de uma sociedade cada vez mais exigente; nós continuamos, de facto, não pela palavra mas pela acção, dia a dia, tranquilos, firmes, determinados a homenagear os ideais de Abril. É isso que nos anima, é isso que nos traz por cá!!!... por isso, confesso a todos, olhos nos olhos, e aos ouvintes da Rádio Popular, com convicção interior, que sinto enorme alegria e à vontade para vos dizer...

Viva o 25 de Abril!!!

Viva o Concelho de Soure!!!

Viva Portugal!!!”

Por último, usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, proferindo o seguinte discurso: “Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Entidades Cívicas e Militares, Caras e Caros Municípios, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Comunicação Social...

Há exactamente 33 anos, Portugal marcou encontro com o futuro. Esse futuro é hoje o nosso presente.

As efemérides são sempre memória do encontro da História com o calendário e porque as efemérides se repetem, mas a história não, desse reencontro anual decorre o risco de celebrar a mera repetição do dia e de perder cada vez mais o sentido de abertura à História que marcou a nossa memória colectiva.

Uma forma tentada ao longo dos anos para que esta cerimónia de homenagem, a 33.^a, o seja menos à data e mais à História que nela se encerra, foi a de fazer dela um momento de reflexão sobre o nosso tempo.

De facto, nenhum outro dia - tirando o 10 de Junho - é mais apropriado a que o tomemos como uma encruzilhada entre o que foi e o que há-de vir - entre o ontem e o amanhã.

Nesta linha de orientação, eu podia aproveitar esta minha intervenção na Assembleia Municipal para participar numa Cerimónia Comemorativa do 25 de Abril, para sublinhar quanto Portugal mudou nos últimos 33 anos. O vasto leque de Direitos e Liberdades que

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Pensar Abril, pensar em tudo aquilo que gostaríamos que Abril já tivesse permitido que fosse uma realidade, leva-nos a enunciar dois desafios que consideramos essencial que sejam ganhos, que continuem a ser ganhos para podermos continuar de consciência tranquila com o 25 de Abril de 74... falo de dois desafios muito claros: um, primeiro, tem a ver com a melhoria da qualidade da democracia; o segundo tem a ver com o aprofundamento da democracia social... quando falamos de melhoria da qualidade da democracia, estamos a dizer que já todos sabemos que podemos falar livremente, mas todos temos que perceber que a comunicação, o discurso, são importantes, se se lhe seguir a acção, se se lhe seguir o encontrar da solução; não pode haver um discurso inconsequente mas, melhorar a qualidade da democracia, não é apenas observar que há debate de ideias, que há divergência e convergência; é preciso que todos aqueles que têm responsabilidades, que exercem cargos para os quais foram democraticamente legitimados, que travem um combate político a pensar na melhoria do bem-estar colectivo, mas que o façam sempre com conhecimento, com estudo prévio rigoroso, com elevação, com decência e sem mentira!!!... A liberdade conquistada em Abril não foi para que dela se faça um uso, abusivamente, inqualificavelmente, assente na mentira... portanto, Abril, é também promovermos a decência, a elevação, o rigor para, através desta forma de estar, credibilizarmos a actividade política, prestigiarmos a gestão dos dinheiros públicos e, por isso, este é um desafio fundamental porque os Municípios e os Cidadãos só estarão motivados e mobilizados, se acreditarem no rigor, na forma de estar e na liberdade de intervenção e de consciência, na não dependência exclusiva de políticas partidárias, na não dependência de interesses de grupos de vária índole. É desta forma que se pode e deve ganhar o desafio de melhorar a qualidade da democracia... mas, depois, importa também aprofundar a democracia social... o que é aprofundar a democracia social?... Uma coisa é a liberdade, outra coisa é o debate de ideias, mas, outra coisa, é sermos, de facto, mais solidários, mais capazes de atenuar as assimetrias, na qualidade de vida dos cidadãos. Para isso é preciso assumir que cada vez devem ser canalizados mais dinheiros públicos para ajudar os que mais precisam; que cada vez devemos ter uma política fiscal mais progressiva, que tribute mais aqueles que mais ganham; que cada vez temos que ter mais coragem política para intervir nas Instituições prestadoras de serviços essenciais; que a consciência social existente na maioria das Câmaras, por exemplo, nos serviços de Abastecimento Público de Água e de Saneamento, se estendam àquelas Instituições que, de forma monopolista, por vezes parecendo que não, prestando serviços essenciais às populações, apresentam lucros provocatórios; lucros socialmente provocatórios, decorrentes da prestação de serviços indispensáveis à resolução das necessidades primárias dos cidadãos... penso que, de facto, esta é uma coragem política que tem faltado. É justo que os investidores privados façam o que entenderem com os seus lucros; é profundamente injusto que a satisfação de necessidades primárias dos cidadãos, a essa satisfação seja permitida uma lógica economicista que pouco ou nada tem nada a ver com a maximização do bem-estar social, que não tem nada a ver com racionalidade económica ou social, tendo apenas e só, a ver com uma lógica aceitável nos privados, mas pouco ou nada compreensível no âmbito daquilo que deve ser a gestão dos dinheiros públicos.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

levam a pensar no nosso Concelho... gostaria de citar alguns exemplos: falámos na Educação, a propósito das Actividades de Enriquecimento Curricular e, sobre Educação, importa lembrar que estamos em total sintonia com a Administração Central, em parceria com as Instituições do Concelho, ligadas à Educação, designadamente com o Agrupamento de Escolas de Soure; temos vindo a conseguir, de forma modelar, não apenas generalizar o Ensino do Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, mas também o Serviço de Apoio à Família... um outro processo que não é normalmente fácil, basta vermos as notícias, é o do Reordenamento Escolar, e sobre isso temos assumido uma política muito clara: é preciso centralizar; compreendemos que em alguns casos, em termos didáctico/pedagógicos, importa encerrar, mesmo que para centralizações intermédias, mas sempre, desde que daí resulte uma melhoria evidente na qualidade do processo educativo.

Depois, referi a forma participada, responsável, como decorreu a elaboração da Carta Educativa, a forma como foi diagnosticado o estado do Concelho e, de forma clara, a hierarquização de prioridades daquilo que falta fazer... Se pensarmos na Acção Social, devemos registar com agrado a dinâmica das múltiplas Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho que, no dia a dia, homenageiam Abril tratando muito bem todos aqueles que integram os estratos mais vulneráveis, os que mais precisam; a sua dinâmica, visível no elevado número de Candidaturas apresentadas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais; a aposta municipal, e dos diferentes parceiros, numa Rede Social que tem revelado grande sensatez, que desenvolveu já um Programa de Desenvolvimento Social, que é uma primeira etapa, uma verdadeira antecipação da Carta Social; a aposta da Autarquia num diagnóstico participado em termos de levantamento de casos graves, em termos de carência habitacional, a definição de um programa habitacional adequado, a apresentação de uma Candidatura e, no fundo, a obtenção de soluções para resolver esses problemas... se pensarmos que a Autarquia tem sido firme, responsável na “luta” por aquilo que julga ser a melhor forma de defender o interesse dos Municípios, por exemplo, contestando, discordando do encerramento de alguns Serviços de Saúde, ajudando a evitar que outros pudessem acontecer com total tranquilidade de consciência... se pensarmos, já positivamente, vemos, com agrado, o conjunto significativo de investimentos públicos/privados terminados e em curso, o significado económico subjacente e adjacente à abertura de dependências bancárias no nosso Concelho... se pensarmos na aposta, cada vez mais evidente, na modernização dos serviços municipais, o Balcão Único Municipal, uma aposta intensíssima na formação assente em Candidaturas apresentadas e aprovadas ao Programa Foral, se pensarmos que tudo isto é para melhorar o atendimento dos Municípios... e se fizéssemos uma viagem por outros domínios da actividade municipal, se fizéssemos uma avaliação rigorosa e objectiva do estado do Concelho, estaríamos em condições de dizer uma coisa muito simples: essa viagem, rigorosa, isenta e objectiva, evidencia muito claramente que, no Concelho de Soure, temos vindo a procurar conseguir honrar os ideais de Abril, não apenas nos momentos comemorativos de aniversário, mas no quotidiano, pela nossa comunicação, mas sobretudo, pela nossa acção.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

competitividade reduzida face aos concorrentes externos, garantindo assim os pressupostos e os sonhos da Revolução de Abril.

Há ainda algum Abril por cumprir?!

Congratulamo-nos com algumas políticas já implementadas a nível nacional, mas também com as que o nosso Município tem vindo a desenvolver nas diferentes áreas, realçando-se o especial envolvimento ao nível da Educação, facto que hoje podemos constatar pelo papel interventivo dos nossos jovens ao participar nas várias actividades que compuseram o Programa destas Comemorações.

O nosso obrigada aos responsáveis do nosso Município, pela implementação deste Projecto.

Viva o 25 de Abril!

Viva a Democracia e a Liberdade!

Viva o Concelho de Soure!

Viva Portugal!”

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra, proferindo o seguinte discurso: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Colegas do Executivo Municipal, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Soure, demais Autarcas de Freguesia, Senhores Dirigentes do dinâmico mundo associativo do nosso Concelho, Autoridades Cíveis, Autoridades Militares, Autoridades Religiosas, representantes da Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores...

Começo, naturalmente, por exprimir o orgulho pessoal, a satisfação interior que sinto, o privilégio que a legitimidade democrática decorrente do 25 de Abril me tem dado para, nestes momentos de grande significado histórico e político para Portugal, poder partilhar com os cidadãos, satisfações, preocupações, pontos de vista... gostaria de saudar a Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, saudar os demais membros da Comissão Organizadora deste Programa comemorativo - recordo que essa Comissão integra os três Membros da Mesa da Assembleia Municipal, um Deputado Municipal eleito por cada Força Partidária, com representatividade na mesma -... Saudar, naturalmente, essa equipa por mais um excelente trabalho de concepção, cujo desenvolvimento está a confirmar que, de facto, assim o foi; agradecer aos responsáveis das entidades apoiantes e parceiras, refiro-me evidentemente ao Agrupamento de Escolas de Soure, ao Instituto Pedro Hispano, ao INTEP, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure, à Banda de Soure, também, a todas aquelas e aqueles que ajudaram a tornar possível que sintamos, mais uma vez, o maior orgulho neste Programa comemorativo.

Duas referências particulares, uma para dar os parabéns aos alunos justamente distinguidos e aproveitar para felicitar as suas famílias; outra para me congratular com aquilo que foi a Mostra Musical de vários grupos de alunos de Escolas Básicas do 1.º Ciclo que evidenciaram bem que a aprendizagem decorrente do Programa de Generalização de algumas Actividades de Enriquecimento Curricular como, por exemplo, Música, está a valer a pena.

Depois destes considerandos, entendo dever partilhar convosco algumas reflexões sobre o 25 de Abril de 74, sobre, acima de tudo, o significado dos seus ideais e aquilo que nos

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Usou da palavra a Senhora Deputada Dr. Isabel Verão, da Bancada do PS, que proferiu o seguinte discurso: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Membros da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores Autarcas e demais convidados aqui presentes, Meus Senhores e Minhas Senhoras...

Uma palavra especial para as crianças que tiveram aqui um momento muito positivo e de reflexão sobre o 25 de Abril.

Saudamos todos os presentes que connosco se encontram a celebrar o 33.º Aniversário do 25 de Abril, prova de que o espírito de liberdade se mantém vivo.

O nosso Município comemora o 33.º Aniversário do 25 de Abril com grande solenidade, procurando recordar a todos, e até aos que já esqueceram, e em particular aos mais jovens, que a Revolução de Abril acabou com um regime que oprimia os portugueses, com injustiças e com a inutilidade de uma Guerra Colonial sem sentido.

Com a Revolução de Abril, abriram-se as portas à Democracia e ao Pluralismo Político, ambicionou-se alcançar o progresso e caminhar para a modernidade, procurou-se caminhar para uma sociedade mais justa, solidária e coesa. Abriu-se Portugal ao mundo, transformando o país, que vivia isolado e submerso numa concepção imperial e colonialista, num país aberto e moderno que ao longo dos últimos 33 anos foi investindo na conquista de direitos fundamentais. Tornou-se mais igualitário nos direitos dos portugueses à Saúde, à Educação, à Habitação e à Acção Social.

Hoje Portugal dispõe já de uma larga rede de infra-estruturas de comunicação, tem preocupações ao nível ambiental e investe largamente na formação dos cidadãos. Podemos dizer que foi grande o caminho percorrido ao longo destes 33 anos!

Somos um país membro de pleno direito da União Europeia, o que nos proporcionou novos desafios, novas exigências e desenvolvimento de novas competências, pois o processo de co-decisão aplica-se à igualdade de género, à liberdade de circulação dos trabalhadores, ao mercado interno, à investigação, ao desenvolvimento tecnológico, a novas políticas ambientais, à educação, à cultura e à saúde.

Perante o desenvolvimento global, deparamo-nos com novos e apaixonantes desafios, o que deve obrigar os nossos governantes a investir em políticas que garantam um desenvolvimento equilibrado do país, diminuindo as desigualdades entre as diversas regiões e criar condições de igualdade de oportunidades.

Por todo este processo, orgulhamo-nos da Revolução de Abril e homenageamos todos os que, de qualquer forma, a tornaram possível. Orgulhamo-nos muito de poder oferecer aos mais jovens o direito de viverem numa Democracia assente em Princípios de Liberdade de Expressão e de Respeito pelos Direitos do Homem.

Mas, embora o caminho percorrido tenha sido longo e por vezes difícil, esperamos novas soluções para os problemas existentes e emergentes, nomeadamente no âmbito das Políticas de Coesão Social de Crescimento Económico, para as questões da Saúde e Educação, para os Sistemas de Justiça, da Pobreza crescente e para a igualdade do género, bem como para o problema do Desemprego, em especial dos mais qualificados, e da

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Fundaram-se Partidos Políticos... desenvolveu-se o Associativismo e instalou-se o chamado “Poder Local”, com a institucionalização das Autarquias.

Falar hoje, dia 25 de Abril de 2007, sobre o 25 de Abril de 1974... é falar, antes de mais, para os mais novos, para que possam também ter termo de comparação com o passado recente da nossa História, para o poderem interpretar antevendo, quem sabe, o futuro.

Falar hoje, e aqui, sobre a “Revolução dos Cravos”, serve também para reflectir o presente, com vista à construção de um melhor futuro para os nossos filhos. Assim, entendo que a melhor homenagem que posso prestar a este acontecimento, que continua a marcar o nosso futuro colectivo, é um elenco de questões que nos dizem respeito... e que deixo à reflexão de cada um...

A questão do nosso desenvolvimento económico e a analogia que é feita com outros países recentemente aderentes à Comunidade Europeia... e com a vizinha Espanha...

A questão de algumas obras faraónicas, da autoria de Governos recentes, feitas e mantidas com o dinheiro dos contribuintes...

A questão de outras obras faraónicas de que se fala que, mesmo antes de o serem, já absorveram milhões de euros de estudos e projectos dos mesmos contribuintes...

A questão dos níveis de qualificação dos Portugueses, a escola que temos versus necessidade de uma qualificação apressada nos chamados Centros de “Validação de Competências” que serão qualificadores administrativos...

A questão do acesso ao Curso de Medicina... com os nossos filhos a terem de ir para Espanha por falta de vagas cá... assim como a injustiça e falta de imparcialidade nos custos do Ensino Superior para as famílias, restringindo-lhes a liberdade de opção por muitos cursos e escolas...

A questão do abandono rural e agrícola... nenhum Governo teve coragem de promover o emparcelamento agrícola com medo de perder votos; fazer Ordenamento do Território continua a ser mais fácil através dos agora chamados Projectos PIN, alterando paisagens naturais e equilíbrios ecológicos, do que intervir em tantos outros espaços degradados do nosso País... seja no litoral, seja na floresta desordenada que temos...

A questão da Regionalização levantada de novo... não é ao Poder Central e ao Local que cabe distribuir os Recursos?!... Ainda há tachos por distribuir?!... Que regiões são essas do nosso País?... Ele é apenas do tamanho de uma região espanhola que confina com Portugal... a Andaluzia. Já temos quintas e quintais a mais na Administração Central... assim como na Local... onde a burocracia é rainha e senhora...

A questão do desenvolvimento do nosso Concelho... a CP não pára cá... a A1 não pára cá... a A17 não pára cá... e a N1 também não...

A questão da ética política... à semelhança de algumas Associações Profissionais e Empresariais, que já têm códigos de ética, também a Administração Pública tem uma Carta Ética com 10 Princípios... que, no entanto, não estão adaptados aos chamados Políticos de Carreira. Praticar a ética na Política é também uma forma de honrar o ideário de Abril de 1974, de combater a abstenção e de inculcar a cidadania nos jovens...

Viva o 25 de Abril!!!

Viva Portugal!!!”

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Enquanto se pedem cada vez mais sacrifícios e se agravam as condições de vida dos trabalhadores e da generalidade da população, os grandes grupos económicos alcançam lucros obscenos. Em 2006, os 5 principais Bancos e as 5 maiores Empresas, aumentaram em 14% os seus lucros; enquanto isto, 2.000.000 de portugueses são considerados pobres e cerca de 200.000 passam fome.

Dez por cento dos portugueses mais ricos ficam com 30% do Rendimento Nacional, enquanto 10% dos mais pobres ficam apenas com 2%.

É esta a situação que tem conduzido uma política de obsessão orçamental, que se traduz na restrição do Investimento Público, nas Políticas Sociais, na Segurança Social, na Saúde e na Educação. Ao mesmo tempo desenrola-se uma ofensiva contra os Trabalhadores, contra os seus Direitos Laborais e Sociais. São exemplo disso a situação dos Trabalhadores da Administração Pública, com carreiras congeladas e aumentos salariais abaixo da taxa de inflação.

Para que Portugal mude e atinja os patamares de progresso e desenvolvimento a que tem direito pelo seu passado, pelas suas potencialidades naturais, pela sua capacidade como povo determinado, que já revelou ser ao longo de toda a sua História de 8 séculos, é necessário inverter as políticas que têm sido seguidas neste passado recente.

É necessário que o Portugal de Abril se cumpra de uma vez para sempre.

É na consciência, que continua viva no povo português, dos direitos que Abril nos deu e das portas que Abril abriu, que reside a Esperança e a Confiança num futuro melhor, no Desenvolvimento, no Progresso, na Igualdade e no Aprofundamento da Democracia num Portugal de paz, aberto ao mundo e à cooperação com outros povos.

Celebramos o 33.º Aniversário do 25 de Abril, num tempo em que prevalecem os valores do egoísmo e do individualismo e se sucedem os apelos ao conformismo; num tempo em que o lucro, desmedido e sem limites, é o paradigma do tempo presente.

Celebramos mais este aniversário de Abril, com a confiança e esperança num Povo que ao longo da sua história soube sempre tomar nas mãos o seu próprio destino.

Comemoramos Abril, dispostos e determinados a prosseguir a luta pelos seus ideais e valores, por um Portugal justo, fraterno e solidário.

Viva o 25 de Abril!

25 de Abril sempre!”

Usou da palavra o Senhor Deputado Dr. Serralha Duarte da Bancada do PSD, que proferiu o seguinte discurso: “Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros do Executivo Municipal, Colegas Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores. A Revolução de Abril de 74 teve por base um ideário, que se pudesse ter sido sufragado antes, obteria uma esmagadora concordância nacional. A sua oportunidade no tempo foi indiscutível. Apesar de vicissitudes e percalços, muito foi cumprido desse ideário, do qual as linhas mestras eram: acabar com a ditadura, implementando um sistema democrático e promover o desenvolvimento económico do país, aumentando, em sintonia, o nível das populações...

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

contribuição das Autarquias para o desenvolvimento. Pelo contrário, esta intenção, a concretizar-se, traduzir-se-á sempre por um empobrecimento da democracia.

Olhamos para o 25 de Abril não como um acontecimento datado e arrumado no tempo, mas como uma porta aberta para o futuro.

Afastámo-nos dos ideais de Abril e desde então, Portugal em vez de se aproximar da média do nível de vida da União Europeia em que nos integrámos já há vinte anos, encontra-se cada vez mais recuado e a braços com uma grave crise de crescimento.

Sucessivos Governos de direita promoveram a recuperação capitalista e foram agravando os problemas nacionais, as desigualdades e as injustiças.

A democracia em que vivemos hoje é uma caricatura da democracia económica e social que parecia possível em Abril de 74.

Os grandes meios de comunicação são hoje também responsáveis pela criação de um pensamento único, uniforme e acrítico, pela criação de uma falsa consciência da realidade, cujo objectivo é perpetuar o poder dos seus proprietários; os grandes grupos económicos, são hoje responsáveis pela criação daquilo a que poderemos chamar uma mentalidade submissa, e mesmo aqueles a quem estaria incumbido a prestação de um serviço público, a construção de uma cidadania crítica e informada, empenham-se na alienação e manipulação das consciências. Ao mesmo tempo procuram desesperadamente reescrever a História, branqueando e falsificando factos, transformando vilões em heróis, fazendo equivaler o ditador ao residente, o torturador ao torturado, o carrasco à vítima, o traidor ao patriota e vão apagando o papel daqueles que se empenharam na construção de um País Democrático, Livre e Progressista.

É longa a lista de vítimas do Fascismo, daqueles que perderam a vida às mãos da Polícia Política, lutando pelos seus ideais de Democracia e Liberdade, daqueles que nunca chegaram a viver o 25 de Abril.

Poucos sabem os seus nomes...

Nós não os esquecemos porque eles são verdadeiramente os Grandes Portugueses da nossa História Política recente.

Vivemos hoje tempos difíceis.

Em Democracia, mesmo as maiorias absolutas, devem rejeitar a arrogância e o autoritarismo. É preciso ouvir as populações quando reclamam contra o encerramento dos Centros de Saúde, das Maternidades, Hospitais e de outros Serviços Públicos. Tudo isto feito em nome de duvidosos critérios de eficiência e de um falso rigor economicista. De tudo isto não resultam progressos significativos, não melhora a produtividade, não aumenta o emprego, nem melhora a qualificação dos portugueses, nem a inovação tecnológica, nem a investigação, nem o desenvolvimento.

As desigualdades na repartição dos rendimentos nunca foram tão grandes em Portugal como o são actualmente e nunca cresceram tanto como no último ano.

Somos, aliás, o único País da União Europeia em que, nos últimos 10 anos, aumentaram as desigualdades entre a população que mais rendimentos auferem e a mais pobre. Em todos os outros Países esta diferença diminuiu.

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

É recordar o tempo do início de construção colectiva de uma democracia avançada, em que Portugal ocupava a primeira fila do progresso e da modernidade em toda a Europa.

É lembrar os Heróicos Militares, os Capitães do MFA (Movimento das Forças Armadas), que derrubaram o Fascismo, culminando décadas de resistência e de luta.

É recordar o amplo e entusiástico levantamento popular que, nas ruas, celebrou e sufragou a democracia nascente.

Estas conquistas revolucionárias ficaram consignadas na Constituição da República Portuguesa e continuam, ainda, a ser sólidos alicerces em que se sustenta o Regime Democrático.

Uma Constituição com uma matriz avançada na definição da República, *“um Estado de Direito Democrático baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais..., visando a realização da Democracia Económica, Social, Cultural e o aprofundamento da Democracia Participativa”*.

Uma Constituição que no plano dos Direitos, Liberdades e Garantias, para além de perfilhar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, estabelece o Princípio da Igualdade, assegura a todos o acesso ao Direito e à Justiça.

Garante ainda a Liberdade de Imprensa e a sua independência perante o Poder Político e Económico.

Garante a Segurança no Emprego, a Liberdade Sindical, o Direito à Greve.

Consagra o Direito à Segurança Social e à Saúde, concretizando este através de um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e tendencialmente gratuito; o Direito a uma habitação adequada; o Direito a um ambiente ecologicamente equilibrado; o Direito à Educação e à Cultura; o ensino gratuito na escolaridade obrigatória e progressivamente gratuito em todos os graus de ensino; a obrigatoriedade de uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza, o que está muito longe de ser realidade.

É impressionante verificar hoje, como ao longo dos anos, sucessivos Governos não respeitaram a nossa lei fundamental.

O estado em que, actualmente, nos encontramos deveria constituir a prova de que errada não estava a Constituição, erradas foram - e são -, as políticas implementadas.

Uma das mais importantes conquistas da Revolução que a Constituição da República Portuguesa consagra é, ainda hoje, o Poder Local Democrático.

As Autarquias em Portugal têm contribuído decisivamente para o progresso e desenvolvimento do País ao longo destes anos.

Confrontadas com os estrangulamentos de meios financeiros ao longo de muitos anos, pelo não cumprimento integral da Lei das Finanças Locais, as Autarquias vêem-se a braços, hoje em dia, com enormes dificuldades que lhes impedem o cumprimento das suas obrigações constitucionais, de defesa dos interesses das populações que representam.

Crescentemente são solicitadas às Autarquias respostas novas, na Área Social, na Educação, na Cultura, no Turismo ou na Defesa do Meio Ambiente mas não será com as alterações dos Princípios da Colegialidade e do Pluralismo Partidário, nos Órgãos Executivos, constituindo artificialmente maiorias políticas de uma só cor, subvertendo Princípios de Proporcionalidade e Representatividade que se conseguirá uma melhor

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Usou da palavra o Senhor Deputado Eng.º João Ramos Pereira, da Bancada da CDU, que proferiu o seguinte discurso: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente do Executivo, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores, Minhas Senhores e Meus Senhores! Queria iniciar esta intervenção saudando o vasto auditório da Rádio Popular de Soure, que transmite em directo esta Sessão. Uma saudação especial para os emigrantes deste Concelho espalhados pelo mundo e para quem as emissões desta rádio são provavelmente um dos poucos elos de ligação com a sua terra.

Quero também saudar as crianças e os jovens que participaram na primeira parte desta Sessão e, obviamente, estender esta saudação aos responsáveis pela organização das Comemorações do 25 de Abril, neste Concelho. Recordava ainda que a participação dos jovens não se limitou a esta Sessão. Crianças do 1.º Ciclo participaram no concurso de desenhos sobre o 25 de Abril e ontem, jovens do Ensino Secundário, assistiram a uma Palestra sobre o General Humberto Delgado, realizada na Sede do Agrupamento de Escolas de Soure.

Procurar passar aos mais jovens o nosso testemunho deste acontecimento marcante na nossa História Moderna, é uma obrigação de todos nós, mas é também a garantia de que perpetuamos, na geração futura, os ideais democráticos trazidos por Abril.

É importante lembrar que passaram já 33 anos do 25 de Abril de 1974 e que hoje, cerca de 3.000.000 de Portugueses, já nasceram depois da Revolução e, objectivamente, não viveram, nem conheceram o Fascismo.

É preciso dizer-lhes que o 25 de Abril pôs cobro a um Regime Ditatorial, que suprimia a Liberdade de Expressão, de Reunião, de Manifestação e de Associação; que proibia os Partidos Políticos, os Sindicatos e o Direito à Greve.

É preciso dizer-lhes que no Fascismo havia Censura e Repressão pela Polícia Política. Só até 1951, aproximadamente o primeiro período da Ditadura, foram feitas mais de 20.000 prisões políticas.

É preciso dizer que havia uma Guerra Colonial, que durou 13 anos e deixou dezenas de milhar de mortos e feridos. E que neste período, milhão e meio de portugueses emigrou procurando, fora do País, o Trabalho e a Liberdade que aqui lhes era negada.

É porque nos lembramos de tudo isto que comemoramos Abril e recordamos o tempo da Revolução.

Tempo de euforia, de ilusão e sonho.

Tempo de respeito pelos Direitos e Interesses da imensa maioria dos Portugueses.

Tempo de participação de todos na construção de um País novo, mais solidário e justo, onde todos teriam um lugar para viver com dignidade.

Comemorar os 33 anos da Revolução de Abril é dar expressão à mais exaltante realização do Povo Português ao longo da sua História recente.

É recordar o tempo das leis que criaram um Salário Mínimo Nacional; o congelamento dos preços dos bens essenciais; o aumento do Abono de Família; o aumento das Pensões de Reforma e Invalidez; o Direito a Férias para todos os trabalhadores, com Subsídio equivalente ao salário; a proibição dos despedimentos sem justa causa; a criação do Subsídio de Desemprego - e por aí fora...

MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Manuel Augusto Serralha Duarte, Dr.;
- Arlindo Rui Simões da Cunha, Dr.;
- Maria Lucília Almeida Galvão;
- João Carlos Baranda M. da Silva Ribeiro, Dr.;
- Virgílio Santos Silva;
- Carlos Miguel Simões Pimenta;
- José do Rosário Martins.

Apresentaram justificação:

- Adelino Gomes Henriques, Prof.;
- António Campos Ramos.

Não apresentaram justificação:

- Olga Maria de Sá Pimenta Fernandes;
- Ramiro Lucas Valente.

Da **LISTA INDEPENDENTE “SEMPRE POR SAMUEL”** verificou-se a **presença** do Senhor Deputado:

- José Ribeiro Catarino.

Da **BANCADA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- José Francisco Ferreira Malhão, Dr.;
- Manuel José de Almeida Lopes, Eng.º;
- João Augusto de Castro Ramos Pereira, Eng.º.

Estiveram presentes nesta Sessão 28 membros, pelo que o Senhor Presidente da Assembleia, confirmada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão.

COMEMORAÇÕES DOS 33 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Procedeu-se à entrega dos prémios relativos ao concurso “**CONHECER ABRIL**”, pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno.



MUNICÍPIO DE SOURE

Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Soure, realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, em 25 de Abril de 2007

ACTA N.º 2/2007

No dia vinte e cinco de Abril do ano dois mil e sete, pelas 11,00 horas reuniu, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal, convocada nos termos Regimentais para a sua **PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, com a seguinte Proposta de Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO: COMEMORAÇÕES DOS 33 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974

Foi distribuída a folha de presenças que circulou pelas Bancadas, tendo-se verificado a **presença e faltas** dos Senhores Deputados:

Da **BANCADA DO PARTIDO SOCIALISTA** verificou-se a **presença** dos Senhores Deputados:

- Manuel de Sousa Domingues, Dr.;
- Maria Isabel Franco Gonçalves Verão, Dra.;
- Vitor José Pereira das Neves Morais Trindade, Dr.;
- João de Sousa Cruz, Dr.;
- José Maria Ferraz da Fonseca;
- Luísa Margarida Lima Anjo, Dra.;
- Nádía Filipa Antunes Madeira Gouveia, Dra.;
- António da Silva Letra;
- José Rodrigues Nunes;
- António Travassos Rodrigues Serrano;
- Fernando Cordeiro Contente Ferraz, Dr.;
- Luís Carlos Gonçalves Redinha;
- José António Nunes da Silva Mendes;
- Carlos Alberto Rodrigues Góis, Eng.º;
- José Manuel Coelho Bernardes;
- António Abreu Gaspar;
- António Nunes Costa;

Apresentou justificação:

- Carlos Jorge Matos dos Santos;